

O melhor uso da água em debate em Bonn

Encontro quer garantir recursos hídricos para um maior número de pessoas

LIANA JOHN

Representantes de 135 países reúnem-se até o fim desta semana, em Bonn (Alemanha), na Conferência Internacional sobre Água Doce, para discutir as recomendações sobre recursos hídricos a serem encaminhadas à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10, que ocorrerá em Johannesburgo (África do Sul) em 2002.

A principal meta é reduzir pela metade, até o ano 2015, o número total de pessoas sem acesso à água potável em quantidade e qualidade suficientes – hoje em torno de 1,2 bilhão de pessoas. Para tanto, é preciso reduzir os conflitos em torno dos recursos hídricos e buscar meios de tornar sua exploração sustentável, tanto a nível regional, como nacional e local. Sem esquecer a redução da poluição por descargas inadequadas dos esgotos de 2,5 bilhões de pessoas e alternativas para lidar com as consequências da variabilidade e mudanças do clima.

“A Alemanha já é o país europeu, que mais investe em acordos bilaterais do setor hídrico, contribuindo com 600 a 800 milhões de marcos alemães por ano”, discursou ontem o secretário Uschi Eid, do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, na abertura da reunião. “Mas também estamos comprometidos com investimento político, em benefício do uso sustentável da água.”

Entre outras recomendações, aponta-se como ideal o manejo dos recursos hídricos

por bacia hidrográfica, seguindo a lógica da natureza e não a divisão político-administrativa dos homens. Este é um ponto, que, de certa forma, deixa o Brasil confortável, uma vez que a gestão proposta pela Agência Nacional das Águas (ANA) já é assim. “Embora ainda seja muito nova e ainda não tenha muitos resultados, a ANA trabalha com as ferramentas legais consideradas mais adequadas, permitindo o diálogo de todos os setores envolvidos”, comenta Samuel Barreto, coordenador do Programa de Conservação e Gestão da Água Doce do WWF-Brasil. “As dificuldades aumentam quando uma bacia hidrográfica ultrapassa as fronteiras nacionais, como é o caso do Brasil com o Rio Amazonas ou a bacia Paraguai-Paraná.”

A entidade defende na reunião de Bonn uma gestão integrada nestes rios, que cortam mais de um país. Além disso, o WWF também pressiona os delegados oficiais por um compromisso entre grupos regionais de governos, para proteger as montanhas e margens destes rios internacionais e para restaurar ecossistemas de áreas úmidas, in-

clusive desativando represas e barragens, se necessário. “Os mecanismos financeiros, como os do Banco Mundial, por exemplo, devem privilegiar a visão da eficiência e não de novas produções”, acrescenta Barreto.

Segundo ele, apenas com um programa de eficiência energética, que privilegiasse a aquisição de novos equipamentos, o desassoreamento de reservatórios e preservação das suas margens contra erosão, o Brasil teria energia equivalente a 9 Itaipus, dispensando a construção de novas barragens para energia e passando a utilizar estes recursos hídricos para consumo humano.

PROGRAMA
DARIA AO
PAÍS MAIS
ENERGIA